ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata nº 99

Data: 04/06/2019
Participantes: Tony Ferreira Corrêa, Pedro Jorge Pinto Justino e Pricila dos Santos Lopes.
Convidados:

Às nove horas do dia 04 de junho de dois mil e dezenove, atendendo a convocação, que fará parte integrante desta ata como anexo, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados. Dando início aos trabalhos, a secretária procedeu à leitura da ordem do dia, constante da convocação, que passou a ser objeto de análise pelos presentes: PANORAMA: INTERNACIONAL EUROPA Apesar da desaceleração do crescimento da economia ao longo do último ano e da não concretização da aguardada recuperação, por enquanto, a agência Eurostat informou que a taxa de desemprego recuou de 7,6% em abril, para 7,5% em maio, o menor nível desde julho de 2008. Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de apenas 1,2% em maio, menos do que o esperado, ela se manteve no mesmo patamar em junho, ainda bem distante da meta de 2% do BCE. Após de ter mantido inalteradas as taxas de juros em sua reunião no início de junho, o BCE divulgou a ata da reunião, em que reiterou a intenção de manter os juros baixos até meados de 2020, na medida em que os riscos para o crescimento econômico aumentaram com as tensões comerciais entre os EUA e a China, União Europeia e México. EUA A economia norte-americana efetivamente avançou 3,1%, anualizado, no primeiro trimestre de 2019, em relação ao trimestre anterior, conforme a terceira e última estimativa do Departamento de Comércio do país. A despesa dos governos estaduais e municipais, o comércio exterior e o investimento em estoques foram os principais motores da aceleração da atividade no início do ano. A criação de vagas de trabalho não agrícola em junho de 2019 surpreendeu e foi de 224 mil novos postos, quando a expectativa era de 160 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,6 em maio, subiu para 3,7% no mês seguinte, com o aumento do número de pessoas procurando emprego. Em sua reunião no final de junho, o FED manteve a taxa básica de juros na faixa entre 2,25% e 2,50% ao ano, mas sustentou que as incertezas continuam altas, sinalizando cortes futuros da taxa ainda neste ano. No final do mês, na reunião do G-20 o presidente norte-americano e o chinês anunciaram uma nova trégua na guerra comercial travada entre as duas maiores economias do mundo e apontaram para a continuidade das negociações comerciais. ÁSIA Na China, em maio, a atividade econômica continuou a arrefecer, com o investimento e a produção industrial perdendo vigor de forma significativa, em meio às tensões comerciais com os EUA. A produção industrial, por exemplo, avançou 5% ao ano em maio, o resultado mais fraco para o mês desde 1992. Já a economia japonesa surpreendeu ao ter confirmado um crescimento de 2,2% anualizado do PIB do primeiro trimestre deste ano, frente ao último do ano anterior. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÀVEL No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,14% a.a. no final de maio, terminaram junho com rendimento de 2,00% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 0,83% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de junho com rendimento negativo de 0,32%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 1,83% perante o euro e se desvalorizou 0,41% e perante o yen. Já as bolsas internacionais tiveram em junho um mês de fortes altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) avançou 7,02% e a inglesa (FTSE 100) 3,69%, a do Japão (Nikkey 225) subiu 5,48% e a americana (S&P 500) 6,89%, alcançando novo patamar recorde com a possibilidade de corte da taxa básica de juros. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 0,48%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, após recuar 0,30% em março, teve queda de 0,47% em abril. Em um ano, sem os ajustes sazonais, a queda foi de 0,62%. A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,5% no trimestre encerrado em abril, caiu para 12,3% no trimestre encerrado em maio. Cerca de 13 milhões de pessoas estravam sem trabalho. SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R$ 13,0 bilhões em maio, comparativamente a déficit de R$ 8,2 bilhões em maio do ano anterior. As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R$ 384,4 bilhões (5,52% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R$ 484,7 bilhões (6,96% do PIB) no mesmo período. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em fevereiro R$ 5.480,6 trilhões (78,7% do PIB). INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,13% em maio, subiu apenas 0,01% em junho, com os preços dos alimentos e dos combustíveis dando a maior contribuição para o índice baixo. No ano acumulou variação de 2,23% e em doze meses de 3,37%, bem abaixo do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu também 0,01 em junho, após ter

subido 0,15% em maio. No ano acumulou alta de 2,45% e de 3,31% em doze meses. JUROS Em sua reunião no final de junho, o Copom manteve a taxa Selic no seu piso histórico de 6,5% ao ano, pela décima vez seguida. Na ata da reunião, o BC indicou que há espaço maior do que o antecipado anteriormente para a queda dos juros, mas deixou claro que isso não acontecerá antes de uma evolução mais concreta da reforma da Previdência. CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de junho cotada em R$ 3,8642, com uma desvalorização de 1,94% no mês. Em maio, as transações correntes, apresentaram superávit de US$ 662 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US$ 13,9 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US$ 7,1 bilhões em maio e acumularam US$ 96,6 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US$ 386,2 bilhões no final do mês. A Balança Comercial, por sua vez, teve em junho de 2019 um superávit de US$ 5,02 bilhões, e no ano acumula superávit de US$ 27,13 bilhões. Importante destacar que no final do mês foi fechado o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, que deve permitir aumentar consideravelmente os intercâmbios comerciais ente as duas regiões nos próximos anos. RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de junho acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA), com alta de 6,82%, seguido do IMA-B 5+, com alta de 5,06% e do IMA-B, com alta de 3,73%. Importante mencionar que com a perspectiva de queda dos juros básicos aqui e no exterior, por conta da atividade econômica mais frágil e com a perspectiva de aprovação das reformas, os juros reais no Brasil recuaram para a faixa de 2%, o menor nível desde 2013. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, junho também foi um ótimo mês. A alta foi de 4,06% acumulando no semestre um avanço de 14,88% e em doze meses de 38,76%. O índice terminou o mês em 100.967 pontos. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL Muito embora os últimos dados referentes à criação de novas vagas de trabalho nos EUA tenham revelado robustez acima da esperada, segue firme a ideia de que o enfraquecimento da economia mundial deve levar o banco central norte-americano a reduzir a sua taxa básica de juros. Tal fato pode acontecer até o final do mês de julho. MERCADO NACIONAL No Brasil as atenções ainda continuarão totalmente voltadas para o rito de aprovação da reforma da Previdência. Depois de aprovado na Comissão Especial o texto segue para votação em plenário onde é esperada a aprovação. Resta saber como será aprovado para encaminhamento para o Senado. Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor. Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) passamos agora a recomendar uma exposição de 10% (vide Nossa Visão de 01/07). Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) reduzimos a recomendação para uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 10%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se refle em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfolio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial. Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro. Para os que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. **Análise do fluxo de caixa do mês corrente**: O Presidente apresentou o fluxo de caixa para o mês corrente constante no Balancete de Maio de 2019. Nos dias 01 a 30 ocorrerão pagamentos de despesas com a folha do RPPS e prestadores de serviços. A totalidade dos membros presentes decidiram que os recursos para fazer frente aos compromissos no mês de Dezembro deverão ser resgatados do Fundo IRF-M1 ou IMA do Banco do Brasil. **Assuntos gerais:** Nada mais havendo a ser tratado, foi